

PROJETO DE LEI N.º 5.260, DE 2023

(Do Sr. Coronel Assis)

Aumenta as penas cominadas ao crime de estupro de vulnerável.

DESPACHO:

APENSE-SE À(AO) PL-5101/2020.

APRECIAÇÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

PUBLICAÇÃO INICIAL Art. 137, caput - RICD

CÂMARA DOS DEPUTADOS DEPUTADO FEDERAL CORONEL ASSIS – UNIÃO/MT

PROJETO DE LEI Nº , DE 2023

(Do Sr. CORONEL ASSIS)

Aumenta as penas cominadas ao crime de estupro de vulnerável.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei altera o art. 217-A do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), a fim de aumentar as penas cominadas ao crime de estupro de vulnerável.

Art. 2º O art. 217-A, do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), passa a vigorar com a seguinte redação:

"Απ. 217-Α	
Pena – reclusão, de 12 (doze) a 20 (vinte) anos.	
§ 3°	
Pena – reclusão, de 15 (quinze) a 25 (vinte e cinco) anos.	
§ 4°	
Pena – reclusão, de 20 (vinte) a 30 (trinta) anos.	
	" (NR)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Para tal crime horrendo deveria aplicar-se a pena de prisão perpétua. Todavia, como ainda não há previsão constitucional para a sua aplicação, faz-se necessário o endurecimento das penas para o crime de estupro de vulnerável,





caracterizado por qualquer ato libidinoso contra vítima menor de 14 anos, mesmo sem conjunção carnal, previstas no Código Penal, a fim de se ter uma justiça mais rígida para àqueles que não se sujeitam às leis brasileiras.

Dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública revelam que 2022 foi o ano com o maior número de registros de estupros e estupro de vulnerável da história, com 74.930 vítimas — um caso foi registrado a cada 7 minutos no país. Ao todo, 75,8% dos casos de estupro registrados em 2022 envolvem menores de 14 de idade.

Ante todo o exposto, por entendermos que é necessária a presente alteração legislativa, rogamos aos nobres pares a aprovação deste importante Projeto de Lei.

Sala das Sessões, em de de 2023.

Deputado CORONEL ASSIS





Coordenação de Organização da Informação Legislativa — CELEG

DECRETO-LEI Nº 2.848, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940 Art. 217-A

 $\underline{https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:decreto.lei:19}\\ \underline{40-12-07;2848}$

FIM DO DOCUMENTO